



## **A presença do livro em McLuhan e Havelock<sup>1</sup>**

Márcio Souza GONÇALVES<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **RESUMO**

O texto analisa duas teorias que se ocupam do modo como se dá a presença do livro na cultura ocidental, as teorias de Havelock e McLuhan. Após uma breve apresentação dos principais aspectos destacados por estes dois autores, segue-se uma discussão de dois aspectos epistemológicos das teorias em questão, a saber, a presença implícita de uma filosofia da história e de um forte determinismo tecnológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Havelock; McLuhan; livro; cultura; letramento.

Vivemos sob o impacto recente de enormes transformações no campo das tecnologias de comunicação (Internet, celulares etc.). Essas transformações, evidentemente, ensejaram a produção de uma vasta literatura na área de comunicação e em várias outras áreas do saber contemporâneo. Inicialmente, tal literatura, grosso modo, se alinhava seja numa vertente apocalíptica, se quisermos retomar os termos de Eco, seja integrada. Num tom marcadamente judicativo, essas teorias e autores se posicionavam a favor ou contra as chamadas novas tecnologias, seja acusando-as de precipitar a perda definitiva da possibilidade de comunicação, seja incensando-as como os operadores contemporâneos de uma desejada unificação da humanidade. Posteriormente, com o passar do tempo e com uma redução das euforias iniciais, tanto

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do VIII Nupecom - Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor do PPGCom da UERJ, email: [msg@uerj.br](mailto:msg@uerj.br).



festivas quanto catastrofistas, em torno das novas tecnologias, autores e teorias adotaram um tom menos judicativo e mais analítico.

O fato é que a efervescência dessas discussões em torno das novas tecnologias apontou para a necessidade da discussão das tecnologias de comunicação como um todo, sejam novas ou não novas. Foi reavivada a questão, ligeiramente adormecida desde a década de 80, dos efeitos culturais dos meios de comunicação.

O presente texto se insere nesse grande campo de interesse sobre os efeitos culturais dos meios de comunicação, mas com algumas peculiaridades. Trata dos efeitos culturais de um meio específico, o livro, mas trata igualmente (para não dizer sobretudo) das teorias que tratam desses efeitos do livro, da escrita, do letramento. Trata, mais especificamente ainda, de dois autores, que nomeamos no próprio título, que abordam a questão.

Nos deteremos, em primeiro lugar, na tecnologia “livro”, definida de modo amplo, e discutiremos rapidamente duas das teorias que se ocupam de seus efeitos. Estamos aqui estritamente na questão dos efeitos dos meios. Tomaremos então essas teorias para brevemente tecer alguns comentários sobre suas estruturas epistemológicas.

Temos então, em suma, uma análise do livro e de seus efeitos culturais tais como compreendidos por duas teorias que tratam do tema, ao que se segue uma rapidíssima desconstrução epistemológica dessas mesmas teorias. Acreditamos que tal trabalho em muito pode contribuir para um avanço no campo das teorias da comunicação, sobretudo num momento em que a necessidade de reavaliação deste campo se faz premente.

### **O que entender por livro?**

Começamos com a própria definição de livro que adotaremos. Uma série de questões pode ser levantada sobre a possibilidade de se isolar o livro, no sentido restrito que damos ao termo, de outros produtos das prensas. Assim, por exemplo: Como tratar do livro sem considerar os panfletos ou os folhetins? Podemos isolar o jornal do livro na tentativa de compreensão dos processos de letramento? O livro escolar, livro que ensina a ler livros, é um livro como os outros? O livro não deve ser entendido dentro de um



movimento mais amplo, inicialmente do manuscrito e posteriormente do impresso, que atravessa o conjunto das culturas ocidentais?

Na impossibilidade de fugir de todas essas e muitas outras questões acerca do estatuto do livro dentro do universo da escrita e da impressão, resolvemos seguir o paleógrafo Frédéric Barbier, um dos mais importantes teóricos contemporâneos a se debruçar sobre a história das mídias, e adotaremos, na presente pesquisa, uma definição ampla de livro:

compreenderemos sob a definição de livro todo objeto impresso, independentemente de sua natureza, de sua importância e de sua periodicidade, assim como todo objeto trazendo um texto manuscrito e destinado, ao menos implicitamente, a uma certa publicidade (BARBIER, 2006, p. 13. Traduzimos as citações de todas as obras em língua estrangeira constantes nas Referências Bibliográficas).

### **Falar de livros**

O número de autores que trata ou tratou da questão do livro é imenso. Podemos propor uma lista sucinta de alguns nomes de reconhecida importância, seja porque fizeram escola, definindo perspectivas em algum momento reconhecidas como fundamentais, seja porque seus trabalhos produziram sínteses teóricas que subsomem uma série enorme de trabalhos monográficos inserindo-os num quadro de referência de conjunto. Como toda lista proposta, esta é arbitrária e por sua arbitrariedade assumimos total responsabilidade. Assumimos igualmente o risco de dizer que consideramos os autores abaixo mencionados como os mais importantes para uma reflexão sobre o livro.

Temos, assim: Eric Havelock, Marshall McLuhan (Walter Ong em apoio a ambos), Harold Innis, Elizabeth Eisenstein, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, Adrian Johns, Jack Goody, Roger Chartier e Frédéric Barbier (cf. as referências bibliográficas de todos estes autores no final).

Ora, essa lista pode ser dividida, grosso modo, em dois grupos distintos.

Temos por um lado os autores ligados ao que convencionalmente se chama de a Escola de Toronto. Aí se alinham McLuhan, Havelock, Innis e, menos original, mas ao



mesmo tempo excelente professor, o americano Ong. O fato de se falar numa Escola indica por si só a presença de um traço comum unindo estes autores, a despeito das especificidades e idiossincrasias de cada um deles.

Por outro lado, temos os restantes, que de modo algum constituem uma Escola (no sentido da de Toronto). São pesquisadores que, cada um a seu modo, e abordando problemas específicos, pensam aspectos do livro. Em sua maioria são historiadores, cinco, com a presença de um antropólogo e um paleógrafo. Não há uma objeto ou método comum entre estes autores.

Assim, a rigor, organizando a lista que propusemos acima, temos, de um lado, a Escola de Toronto, com uma certa unidade, e, de outro, o resto, uma diversidade, sem que nessa caracterização algo haja de pejorativo.

Uma coisa fica bem clara: o modo como os pensadores canadenses pensam é claramente diferente do modo como os restantes operam, em sua diversidade. Uma tarefa importante para o avanço do estudo do livro e de sua presença cultural é proceder a uma análise epistemológica dessas teorias para que eventualmente se desenhem caminhos para análises futuras.

Dadas as limitações de espaço, vamos nos restringir aqui a uma análise de dois autores da Escola de Toronto, nomeadamente McLuhan e Havelock, discutindo de modo breve tanto as indicações que dão para a compreensão do livro e de sua presença cultural, quanto o estatuto epistemológico de suas teorias, ou melhor, alguns aspectos ligados à epistemologia do que propõem.

Indicamos que o que aqui se apresenta é parte de uma pesquisa maior e mais longa que deverá discutir a epistemologia das teorias que se ocupam dos livros e seus efeitos culturais.

### **Eric Havelock**

Milman Parry, em suas investigações acerca de Homero, estabelece alguns fatos aparentemente importantes, mas cujas conseqüências são maiores do que se poderia supor. Parry chega



à conclusão de que a *Ilíada* e a *Odisséia* eram exemplos de uma composição estritamente oral, que empregava uma linguagem formular e altamente tradicional. O “autor”, ou “autores”, (termos daí por diante colocados entre aspas) era bardo não-letrado, que compunha seus poemas de cabeça, valendo-se da memória, a fim de recitá-los para auditórios que os escutavam, mas presumivelmente não os liam (HAVELOCK, 1996, p. 89).

Eric Havelock vai tirar profundas consequências das teses de Parry. Nosso autor cruza as idéias de Parry com a idéia de que o alfabeto grego é singular e em verdade o primeiro realmente eficaz no registro visual dos sons da fala e fácil o suficiente para ser apreendido e incorporado no cotidiano de um número considerável de pessoas dentro de um espaço social dado.

Teríamos então, segundo Havelock, considerando a Grécia Antiga, em primeiro lugar, um período pré-alfabético no qual a poesia oral desempenhava um papel pedagógico central, na medida em que era o veículo de transmissão dos saberes tradicionais, tanto práticos quanto abstratos. Homero é o registro escrito dessa poesia-pedagogia pré-alfabética.

As limitações da memória humana condicionavam a composição da poesia oral: esta deveria ser memorizável, portanto o ritmo era fundamental, e os conteúdos apresentados deveriam ser concretos, imediatos.

A sintaxe da fala rítmica memorizada não é propícia, pois, ao tipo de enunciados que diz: “Os ângulos de um triângulo equivalem a dois ângulos retos”; ou: “A coragem consiste na compreensão racional do que deve e do que não deve ser temido”. Não é propícia justamente ao tipo de enunciado que a dialética socrática mais tarde reclamaria, um enunciado cujo sujeito deve ser, de preferência, um conceito, e não uma pessoa, com um verbo mais para “ser” que para “fazer”. Nem princípios, nem leis, nem fórmulas condizem com uma sintaxe memorizável oralmente. Ela, em vez disso, comporta pessoas e eventos que agem ou acontecem (HAVELOCK, 1996, p. 135).

Temos então forma e conteúdo do que é comunicável como condicionados pela oralidade da fala e ausência da escrita.



O alfabeto fez, segundo Havelock, o que as escritas pré-alfabéticas não conseguiram fazer, a saber, interromper a preponderância pedagógica do relato do poema oral.

O alfabeto grego, por contraste, é apresentado aqui, ao irromper no cenário da Grécia como uma peça de tecnologia explosiva, revolucionária por seus efeitos na cultura humana, de uma maneira que nada tem de exatamente comum com qualquer outra invenção. Funda-se a alegação dessa singularidade no fato de que, tendo emergido de um processo de experimentação, o qual se desdobrou, quiçá, pelos três precedentes milênios, ele todavia representou o termo desse processo. Uma vez inventado, o alfabeto forneceu a resposta integral a um problema, e nunca mais houve a necessidade de reinventá-lo. (...) O dispositivo grego, por causa de seu sucesso na resolução do último estágio do problema, trouxe à existência o que chamamos de “literatura” no sentido moderno, isto é, pós-alfabético. Pode-se afirmar (...) que o esquema forneceu a base conceitual para a construção das ciências e filosofias modernas. (HAVELOCK, 1996, 14-5).

Com a escrita alfabética, as limitações de forma e conteúdo impostas pela memória humana desaparecem: a materialidade da escrita impede que o esquecimento opere. Tanto conteúdos abstratos, tão difíceis de preservar no contexto da oralidade, quanto formas rítmicas menos “fáceis”, podem então ser armazenados e recuperados. A materialidade do escrito substitui eficazmente a imaterialidade da memória: ficamos livres para esquecer pois algo material se lembra por nós.

As conseqüências dessa alteração – a invenção de um alfabeto realmente eficaz e que pode ser aprendido rapidamente – na forma de comunicação são enormes e podem ser situadas tanto em nível social quanto em nível mental.

Socialmente, podemos citar a democratização da leitura, sua aprendizagem cada vez mais precoce, com a correlata organização de um ensino elementar, as alterações em todo o sistema social de poder decorrentes dessa banalização do escrito etc.. Aqui, contudo, mais nos interessam os aspectos mentais. “O que a nova escrita pode ter feito, a longo prazo, foi mudar, em alguma medida, o conteúdo da mente



humana” (HAVELOCK, 1996, p. 82). A propósito, a própria separação entre mental e social é relativa, na medida em que esses dois campos se interpenetram.

De modo absolutamente fundamental, o alfabeto “dotou” o ser humano da possibilidade de um pensamento racional abstrato logicamente organizado.

O avanço do conhecimento, tanto humanístico quanto científico, depende da capacidade humana de pensar sobre uma coisa inesperada: pensar uma “idéia nova”, como dizemos nós, exprimindo-nos de maneira inexata mas acertada. Um tal pensamento novo só alcança plena existência quando se encarna em um enunciado novo, e um enunciado novo só realiza toda a sua potencialidade quando pode ser preservado para uso futuro. O modo de transcrição que antes existia desencorajava por causa das ambigüidades da escrita, as tentativas de registrar as sentenças carregadas de novidade. Isso indiretamente desencorajava até mesmo a tentativa de as formular oralmente - pois que utilidade ou influencia poderiam elas ter, confinadas à estreita faixa da conversação comum, circunstancial? O alfabeto, encorajando a produção de enunciado insólito, estimulou os pensamentos novos, que podiam ficar disponíveis em forma escrita, ser lidos e relidos, e assim irradiar sua influência entre leitores. Não é um acaso o fato de que as culturas pré-alfabéticas do mundo sejam também pré-científicas, pré-filosóficas e pré-letradas. O poder do pronunciamento novo não se cinge ao arranjo da observação científica. Cobre o espectro da experiência humana. Tornaram-se inventáveis novas maneiras de falar sobre a vida humana, e portanto de pensar sobre ela, formas que só de fizeram lentamente possíveis para o homem quando elas vieram a ser escritas, ficando preserváveis e passíveis de difusão nas literaturas, alfabéticas da Europa (HAVELOCK, 1996, p. 85-6).

A invenção do alfabeto, assim, “engendra” a base racional da cultura ocidental, base fundamental, evidentemente. Sem alfabeto não haveria Ocidente tal como o conhecemos. É apenas porque houve o alfabeto que pode surgir a filosofia. Platão, a despeito de sua desconfiança em relação à escrita, seria por ela totalmente condicionado e sem ela nunca teria existido.

Essa interpretação de Havelock, ainda que não imediatamente ligada ao livro, permite de modo amplo pensar as culturas letradas, ou seja, aquelas onde o livro ganha seu sentido. De todo modo, para este autor, o livro deve ser situado dentro dessa cultura



alfabética ocupando um lugar evidentemente central como um dos grandes operadores do letramento.

### **McLuhan**

As teses de Havelock se ligam intimamente a um outro autor que, de modo claro e inequívoco, se refere aos livros e a seus efeitos: Marshall McLuhan.

O canadense faz uma enorme - e freqüentemente violenta, no sentido de violentar os fatos - história das culturas humanas para pensar seu real interesse que são as suas contemporâneas tecnologias de comunicação.

As culturais orais primitivas seriam culturas de integração de todos os indivíduos numa unidade orgânica, una, coerente. “As culturas tribais não podem agasalhar a possibilidade do indivíduo ou do cidadão separado. Sua idéia de espaço e tempo não é contínua nem uniforme, mas emotiva e compressiva em sua intensidade (McLuhan, 2005, p. 103)”. Do ponto de vista de nossa estruturação dos sentidos, o ser humano teria experiências em que todos os sentidos estariam envolvidos de forma equilibrada. O surgimento da escrita altera este panorama.

[a alfabetização] é suficiente para desligar o indivíduo da tela tribal, pelo menos no início. Isto nada tem a ver com o conteúdo das palavras, mas é o resultado da súbita ruptura entre as experiências auditiva e visual do homem. Só o alfabeto fonético produz uma divisão tão clara da experiência, dando-nos um olho por um ouvido e liberando o homem pré-letrado do transe tribal, da ressonância da palavra mágica e da teia do parentesco (McLUHAN, 2005, p. 103).

Essencialmente visual, dado que reduz sons a símbolos gráficos a serem vistos, a escrita teria rompido a unidade dos sentidos em favor de um deles, a visão. Ora, a visão opera com seqüências lineares, temporal e espacialmente lineares, o que teria levado, a termo, a uma estruturação do pensamento também linear e lógica. Assim como Havelock, McLuhan situa o surgimento da filosofia nesse contexto. Essa hipertrofia da visão, alteração no funcionamento do aparelho sensorial humano, teria, uma vez que nos alterou, alterado profundamente a cultura.



Se as culturas orais são culturas de unidade, de integração, as culturas baseadas na escritas e, portanto, visuais, seriam culturas de separação, de isolamento, de fragmentação. O ser humano teria perdido tanto sua unidade sensorial quanto sua unidade social.

A invenção da prensa teria potencializado radicalmente esse estado de coisas. A cultura impressa, objeto central de *A galaxia de Gutenberg*, é o paroxismo da separação. Para o ponto que nos interessa: os livros são ao mesmo tempo efeitos e operadores de uma lógica não-holista de compreensão do mundo e das coisas. A prensa é como que a apoteose da visão!

A unidade, perdida com a invenção da escrita e sobretudo da prensa, só seria restabelecida com a invenção dos meios eletrônicos que tanto maravilham McLuhan. O ciclo se completa: retornamos, ainda que diferentemente, ao início. “O homem moderno, desde as descobertas eletromagnéticas, há mais de um século revestiu-se de todas as dimensões do homem arcaico, e mais do que ele” (McLUHAN, 197, p. 106).

Esta peculiaridade da forma elétrica, que encerra a era mecânica das fases individuais e das funções especializadas, comporta uma explicação direta. Enquanto todas as tecnologias anteriores (exceto a fala em si) constituíam, com efeito, extensões de alguma parte do corpo, a eletricidade pode ser considerada como a extensão de nosso próprio sistema nervoso central, incluindo o cérebro (McLUHAN, 2005, p. 277).

A TV, meio paradigmático dessa nova forma de comunicação, elimina a supremacia do visual característica da escrita (por estranho que isso possa parecer, e realmente parece, aos leitores desavisados de McLuhan). Restabelecendo o equilíbrio dos sentidos, a TV produz finalmente um homem integral, tanto psíquica quanto socialmente.

Sáimos do meio frio (no sentido paradoxal que McLuhan dá ao termo) oral primitivo, adentramos o reino quente da escrita (quente do mesmo modo tem um sentido paradoxal) e com o eletrônico retornamos ao frio.



O livro é ao mesmo tempo símbolo maior da cultura que se inicia com o alfabeto e que se radicaliza com a prensa e operador da generalização dessa configuração cultural. O livro é o centro da Galaxia de Gutenberg, que é entendida como um longo interlúdio entre a unidade tribal perdida e a unidade eletrônica reencontrada.

### **Contraponto**

Acima contrapusemos o modo de operar da Escola de Toronto ao que chamamos de o resto dos autores. Para ilustrar rapidamente essa diferença no modo de proceder, antes de passarmos a uma discussão da epistemologia do pensamento dos canadenses, vamos apresentar de modo breve o modo como opera um dos pertencentes ao grupo do resto, a historiadora Eisenstein. Vejamos então esse contraponto à Escola de Toronto.

Elizabeth Eisenstein, numa obra monumental intitulada *The printing press as an agent of change*, condensada em uma outra intitulada *A Revolução da Cultura Impressa - os primórdios da Europa Moderna*, procura analisar o modo como a invenção da prensa tipográfica e o conseqüente aumento na produção de livros afetou a cultura européia a partir do século XV. Mas um primeiro cuidado já distingue Eisenstein do modo totalizante de pensar característico dos pensadores canadenses acima analisados. A autora não trata da civilização européia como um todo, mas se restringe a uma certa elite letrada, tentando delimitar como se dá, dentro de uma elite, a passagem de um tipo de letramento manuscrito para um letramento impresso. Como ela mesma diz:

Não obstante, não é a expansão dessa capacidade de ler e escrever, mas a maneira como a imprensa alterou as comunicações escritas dentro da Comunidade do Saber o que constitui o principal objeto de atenção deste livro. Ele se preocupa mais do que tudo com o destino da impopular (e atualmente fora de moda) "alta" cultura das elites profissionais leitoras do latim (1998, p. 11).

A autora nos conduz para longe dos determinismos tecnológicos em direção a algo mais matizado. Novamente Eisenstein:

Um comentário final necessário: como indica o título da minha versão integral, considero a imprensa como um agente, e não como o agente - e muito menos



como o único agente - de mudanças na Europa Ocidental. É necessário estabelecer essas distinções porque a própria idéia de explorar os efeitos produzidos por uma determinada inovação levanta a suspeita de que esteja sendo favorecida uma interpretação monocausal, ou que se tenda ao reducionismo e ao determinismo tecnológico (EISENSTEIN, 1998, p. 12).

A autora trabalha em dois eixos principais. Em primeiro lugar, investiga o modo como se deu a passagem da técnica manuscrita para a técnica mecânica de produção de livros. Trata-se portanto de uma investigação sobre a mudança no meio de comunicação e em sua produção. O segundo eixo é a articulação entre essa mutação tecnológica num meio de comunicação e outros importantes processos de transformação da cultura, nomeadamente, o Renascimento, a Reforma e o surgimento da Ciência Moderna. A partir dessas indicações, acreditamos que a seguir ficará clara a distância que separa esse tipo de pensamento do de McLuhan e Havelock.

### **Pressupostos**

Tanto a análise de McLuhan quanto a de Havelock operam com grandes períodos de tempo.

A história de McLuhan é escandida, temporalmente, em três momentos longos: o momento oral, pré-alfabético, tribal, primitivo, período de uma integração dos sentidos humanos, ao que se segue a longa era da escrita e da prensa, a Galaxia de Gutenberg, com sua característica hipertrofia da visão, que só termina com o terceiro momento, a era eletrônica da aldeia global. A epopéia humana conta assim três longos momentos.

Havelock, por seu turno, dada a natureza de seu objeto, divide a história em antes e depois do alfabeto fonético, que cindiria em dois o “modo de existir” humano.

Mas além de trabalhar com essas temporalidades longas, ambos os autores compartilham o mesmo gosto por análises da cultura bastante gerais. Mais claramente: as culturas são apreendidas em seus traços mais amplos e genéricos, como que de longe, o que permite agrupá-las em enormes conjuntos. Assim, por exemplo, quando se fala numa cultura oral, ou nas culturas orais, como uma coisa única, está se desconsiderando que entre duas culturas orais pode haver tantas diferenças quanto entre uma cultura oral



e uma letrada. (Há culturas orais individualistas e culturais orais holistas, para pegar apenas este traço). As diferenças, as diferenças médias, pequenas, microscópicas, são todas postas de lado em favor de uma análise que se ocupa do que é geral e comum.

Temporalidades amplas, caracterizações culturais amplas. Esse tipo de análise cai no que denunciamos alhures como “epocalismo”:

o epocalismo nada mais é do que a percepção diacrônica da sucessão dessas formas sociais gerais com suas características próprias, a decorrência lógica de uma tipologia social baseada em traços gerais (em geral intimamente ligados ao tipo de meio de comunicação presente) (GONÇALVES e SAINT CLAIR, 2007, p. 12).

Ora, na realidade o epocalismo é uma decorrência de um outro fenômeno, que nos parece mais fundamental, a saber, a presença implícita e subjacente de uma filosofia da história que preside e dá forma ao pensamento dos autores mencionados.

Por filosofia da história implícita estamos nos referindo a uma concepção geral do sentido da história e de fases que definem esse sentido de tal modo que qualquer forma de devir fica excluída. Essa grande concepção geral como que “recalca” o que nela não cabe, o acaso, a polifonia dos acontecimentos, a plurivocidade dos eventos, em favor de um sentido único. Não há novidade possível, não há desvio possível, apenas uma destinação que necessariamente se cumpre. Do ponto de vista epistemológico isso resulta em uma teorização monótona e repetitiva em que o mesmo esquema interpretativo é repetido *ad infinitum*

É evidentemente impossível definir como um autor construiu seu pensamento, mas McLuhan, especialmente, nos parece partir de uma concepção da história tal como acima definida (um ciclo unidade, perda de unidade, recuperação de unidade, tudo isso movido por meios de comunicação que na realidade são a mensagem) para em seguida se debruçar sobre o material empírico “corrigindo-o” para que o quebra-cabeças seja bem montado. Assim, é “preciso” que o fluxo de papiro tenha sido interrompido pelo islamismo no século anterior ao nascimento de Maomé (sim, é isso mesmo!!!) para que



a idéia do declínio do Império Romano em virtude de uma alteração no regime de comunicação seja verdadeira. “Com o corte dos suprimentos de papiro pelos maometanos, o Mediterrâneo, antes um lago romano, tornou-se um lago muçulmano, e o centro romano entrou em colapso” (McLUHAN, 2005,0p. 120. Devemos essa indicação a Finkelstein (1969, p. 21)). Toda a complexidade da história, da causalidade em ação na história, é achatada em função de uma interpretação linear e simplista, bem como de um determinismo radical de nossa sensibilidade e da cultura pelos meios de comunicação.

O que nos leva a um segundo ponto importante, o do determinismo tecnológico.

Um pressuposto explícito das teorias de McLuhan e Havelock, que é bastante passível de questionamento, é o radical determinismo tecnológico. Para McLuhan os meios afetam a organização de nossos sentidos e por efeito, determinam a forma da cultura em que existimos; para Havelock o alfabeto afeta nossa memória, nossa cognição e por via de consequência nossa realidade sócio-cultural. As posições de ambos podem ser resumidas no célebre aforisma de McLuhan, “o meio é a mensagem”, ou seja, a grande mensagem de um meio não é seu conteúdo mas antes os efeitos que sua própria conformação material produz no contexto em que age.

Não se trata aqui de avaliar de modo definitivo a validade ou não de se utilizar uma filosofia da história como base ou de se assumir um tal determinismo tecnológico. Trata-se sim, de indicar duas coisas.

Em primeiro lugar, é necessário que se perceba que esses dois pressupostos não são de modo algum evidentes e podem com facilidade ser questionados. Assim, pode-se contrapor à história achatada das filosofias da história uma concepção da história como aberta e indeterminada; do mesmo modo pode-se considerar, no que toca a tecnologia, a importância dos usos feitos e do contexto, bem como, no caso das tecnologias de comunicação, a importância dos conteúdos veiculados, contra um puro determinismo.

Em segundo lugar, deve ser notado que as capacidades analíticas das teorias que partem de uma tal filosofia da história e de um tal determinismo tecnológico são



bastante restritas, dado que nada do que a isso foge pode ser considerado. Encontramos sempre a mesma repetição dos mesmos argumentos, num reducionismo que por vezes chega a ser caricato.

### **Conclusão**

Tratou-se aqui, brevemente, de se discutir o estatuto que dois autores importantes da Escola de Toronto atribuem indiretamente ao livro, um, Havelock, situando-o na esteira da crucial mutação cultural que foi a invenção do alfabeto, o outro, McLuhan, vendo-o como parte da chamada Galaxia de Gutenberg. Além disso, foram discutidos dois pressupostos que a nosso ver sustentam as teorias dos dois autores, uma filosofia da história implícita e o determinismo tecnológico.

O que pode se tirar como conclusão é a necessidade de se complexificar a leitura do modo como se dá a presença do livro na cultura, de modo a que se possa evitar um certo reducionismo que, se é didático, nem por isso deixa de ser excessivo. O livro e seus sentidos culturais dificilmente se deixarão totalizar em esquemas *a priori* de pensamento tais como os que indicamos acima.

### **REFERÊNCIAS**

BARBIER, Frédéric e BERTHO LAVENIR, Catherine. **Histoire des médias: de Diderot à internet**. Paris: Armand Colin, 2003.

BARBIER, Frédéric. **Histoire du livre**. Paris: Armand Colin, 2006.

CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (Orgs.). **Histoire de la lecture dans le monde occidental**. Paris: Seuil, 2001.

CHARTIER, Roger (Dir.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**. Brasília: UnB, 1998a.

CHARTIER, Roger. **Aventura do livro - Do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998b.

CHARTIER, Roger. **Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime**. Paris: Seuil, 1987.



CHARTIER, Roger. **Les Origines culturelles de la Révolution française**. Paris: Seuil, 2000.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa - os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **The printing press as an agent of change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. **L'apparition du livre**. Paris: Albin Michel, 1999.

FINKELSTEIN, Sidney. **McLuhan: a filosofia da insensatez**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GONÇALVES, Márcio Souza & SAINT CLAIR, Ericson T. **Antes Tarde do que nunca: notas sobre as contribuições de Gabriel Tarde para a análise da articulação entre Comunicação e Cultura**. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Cultura da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007.

GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Lisboa: Edições 70, s.d..

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HAVELOCK, Eric A. **Preface to Plato**. Cambridge, Massachusetts; London: The Belknap Press, Harvard University, 1963.

INNIS, H. **Empire and Communications**. Toronto: Press Porcepic, 1986.

INNIS, H. **The Bias of Communication**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.

JOHNS, Adrian. **The nature of the book: print and knowledge in the making**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papirus, 1998.